



Jornal Arte&Educação
Dossiê - 50 anos

¹ Dóris Bittencourt Almeida

Professora Associada II de História da Educação da Faculdade de Educação da UFRGS e do Programa de Pós-graduação em Educação/UFRGS; Coordenadora do Arquivo Histórico da Faculdade de Educação/UFRGS; Editora da Revista História da Educação.

E-mail:
almeida.doris@gmail.com

² Maria Helena Camara Bastos

Professora Titular em História da Educação da Faculdade de Educação da UFRGS (aposentada); Pesquisadora do CNPq; Editora Associada da Revista Brasileira de Educação/Anped (2020-2022); Integra o grupo de pesquisa TRANSFOPRESS Brasil –Imprensa em língua estrangeira entre identidade e alteridade (Cnpq - TRANSFOPRESS Brasil, coordenado por Valéria Guimarães e Tania De Luca (UNESP).

E-mail:
mhbastos1950@gmail.com

Referência:

ALMEIDA, Dóris Bittencourt; BASTOS, Maria Helena Camara. Por uma Universidade pública e livre: olhares para a imprensa estudantil universitária (UFRGS - 1981-1982). **Revista VIS**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 43-61, jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistavis>.

POR UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA E LIVRE: OLHARES PARA A IMPRENSA ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIA (UFRGS – 1981-1982)

*For a public and free University:
perspectives on the university press
(UFRGS – 1981-1982)*

Dóris Bittencourt Almeida ¹ & Maria Helena Camara Bastos²

Resumo

Tomando os impressos estudantis como “artefatos culturais” e significativos como documentos para a construção de uma história da cultura escrita e da história da educação, o foco desse artigo são as narrativas dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que, por meio da produção de periódicos, valem-se da cultura escrita como modo de expressão discursiva diante de fortes acontecimentos que marcaram suas vivências acadêmicas, em 1981 e 1982. Estamos a falar de uma geração que vive a Universidade em um período de abertura política no Brasil, que se vale da imprensa estudantil como porta voz de seus anseios por uma Universidade livre, democrática e gratuita, defendendo suas posições, sobretudo políticas. Consideramos a imprensa estudantil como um produto da cultura universitária, como um modo de fazer eco a suas vozes, de amplificar, por meio da escrita, suas posições, sobretudo políticas, diretamente identificadas às experiências acadêmicas.

Palavras-chave: Artefatos culturais, Impressos estudantis, Cultura escrita, Universidade

Abstract

Taking student printed matter as “cultural devices” and as significant materials as documents for construction of history of written culture and of history of education, this article focuses on narratives of students from the Federal University of Rio Grande do Sul, whom, by means of the production of newspapers, use written culture as a kind of discursive expression considering strong events that marked their academic experiences, in 1981 and 1982. We are referring to a generation that was in the University in a period of political openness in Brazil, that uses university press as a speaker of their yearnings for a free, democratic, and public University, defending their positions, over all the political ones. We consider student press as a product of university culture, as a way to echo their voices, to amplify, through writing, their positions, over all the political ones, which were directly related to their academic experiences.

Key-words: Cultural devices, Student printed matter, Written culture, University

Me gustan los estudiantes
porque son la levadura
del pan que saldrá del horno
con toda su abrosura,
para la boca del pobre
que come con amargura.
Caramba y zamba la cosa
¡viva la literatura!
Violeta Parra - 1960/63

A imprensa periódica e, especialmente, a imprensa de educação e ensino têm sido amplamente utilizadas como documento para a construção da história do país e da história da educação. Luca (2005) afirma que, somente a partir de 1970, se amplia a preocupação com a escrita da História da imprensa por meio da imprensa, tomando os periódicos como objeto e sujeito da pesquisa histórica. Esse movimento também seria observado na área da História da Educação, a partir dos anos 1980, com as primeiras teses e dissertações analisando impressos de educação e ensino editados pelo Estado, por professores e suas associações, visando à (in)formação docente.

A imprensa é um corpus documental de vastas dimensões, pois é um testemunho vivo dos métodos e concepções pedagógicas de uma época, um excelente observatório, uma fotografia dos discursos que circulam nas sociedades. Nessa perspectiva, é um guia prático do cotidiano educacional e escolar, permitindo ao pesquisador estudar o pensamento pedagógico de um determinado setor ou de um grupo social, a partir da análise do discurso veiculado e da ressonância dos temas debatidos, dentro e fora do universo escolar (CATANI; BASTOS, 1997, p.7).

Jornais, boletins, revistas, magazines – feitas por professores para professores, feitas para alunos por seus pares ou professores, feitas pelo Estado ou outras instituições, como sindicatos, partidos políticos, associações de classe, Igrejas – contêm e oferecem muitas perspectivas para a compreensão da história da educação e do ensino. Sua análise possibilita avaliar a política das organizações, as preocupações sociais, os antagonismos e filiações ideológicas, além das práticas educativas e escolares.

Privilegiando os impressos de alunos, em diferentes níveis de ensino, em distintas temporalidades, Almeida e Bastos (2015) consideram que são documentos importantes para analisar, entre outros aspectos, culturas juvenis e escolares em suas múltiplas manifestações. Seguindo os postulados teóricos da História Cultural, no contexto da expansão do conceito de documento, percebe-se que esses impressos vêm conquistando espaço na historiografia. Os historiadores passam a se interessar por esses artefatos que, durante muito tempo, guardaram valor apenas como objetos memorialísticos. Estiveram, assim, negligenciados por um modo de entender a História que privilegiava as grandes estruturas e as meta narrativas. Atualmente, esses objetos “estrangeiros” constituem “os novos territórios do historiador por meio da anexação dos territórios dos outros (...)” (CHARTIER, 2002, p.62).

Tomando os impressos estudantis como “artefatos culturais” e significativos como documentos para a construção de uma história da cultura escrita e da história da educação, o foco desse artigo reside em analisar impressos de iniciativa e edição do corpo discente. Não consideramos os periódicos publicados pelas instituições escolares, em que alguns alunos publicam contribuições decorrentes de uma seleção prévia dos responsáveis. Entretanto, mesmo sendo periódicos produzidos pelos estudantes devemos considerar que tais escritas não expressam um pensamento autônomo, pois estão vinculados a uma instituição, que de alguma forma exerce controle e vigilância no que está sendo publicado (BASTOS, 2015).

Neste texto, investigamos narrativas de estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que, por meio da produção de periódicos, valem-se da cultura escrita como modo de expressão discursiva diante de fortes acontecimentos que marcaram suas vivências na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1981 e 1982. Estamos a falar de uma “geração panfletária” (BORTOT; GUIMARÃENS, 2008), que, durante esses anos de abertura política do Brasil, vale-se da imprensa estudantil como um produto da cultura universitária, como um modo de fazer eco a suas vozes, de amplificar, por meio da escrita, suas posições, sobretudo políticas, diretamente identificadas às experiências acadêmicas.

A imprensa estudantil, além de ser o lugar de afirmação de um grupo, constitui-se em um campo fértil para os estudos em História da Educação, como diz Nóvoa, “a imprensa de educação e de ensino é um dos melhores lugares para imaginar outros possíveis em história da educação” (1997, p. 16). Ou seja, investigar o que dizem esses impressos, transformados em documentos, permite um exercício de aproximação de outras temporalidades, pelas lentes desses sujeitos escreventes [1] que perenizaram suas convicções acerca de temas pelos quais foram impactados. Também é preciso lembrar que esses impressos, da ordem do comum, produzido por jovens, na condição de estudantes, durante muito tempo estiveram esquecidos pela historiografia da educação. Neste sentido, Nóvoa (1997) os entende como uma possibilidade de “apreender discursos que articulam práticas e teorias, que se situam no nível macro do sistema, mas também no micro da experiência concreta” (p.11).

E como esses jovens se organizavam para escrever? Cada unidade da Universidade tinha seu órgão de divulgação, que, por vezes reunia diferentes cursos de graduação, além dos periódicos próprios do Diretório Central dos Estudantes. Segundo Bertot e Guimarães (2008), a tendência de crescimento do movimento estudantil acompanhou o fim da década de 1970 e esse crescimento era acompanhado pelos jornais produzidos pelos diretórios e centros acadêmicos, embora poucos conseguissem manter uma regularidade nas edições. Os autores explicam a artesanania implicada na produção desses periódicos que exigia um envolvimento de muitas horas, dias para aqueles que estavam a frente dessa atividade. Textos datilografados ou manuscritos, diagramação dos textos com recortes e colagens em folhas brancas, produção de ilustrações, impressão em mimeógrafos a tinta e, por fim, a distribuição do jornal. Temos que exercitar a alteridade e considerar que aquele era outro tempo, não tão distante em termos de sucessão, mas anos luz de distância se pensarmos nas transformações tecnológicas de comunicação na contemporaneidade. Há quarenta anos, ter um jornal, produzido manualmente, que circulasse entre os estudantes de diferentes cursos da Universidade era uma façanha, algo complexo de ser executado, que representava a busca pela unidade entre os discentes, garantindo a coesão para o enfrentamento de causas comuns.

[1] Entendem-se aqui os estudantes como escreventes, e não escritores; para tanto se recorre aos estudos de Castillo Gomez que vai buscar em Roland Barthes uma maior explicação para o conceito. Segundo Castillo Gomez (2014, p. 59), há uma distinção entre escritores e escreventes, os primeiros são aqueles que escrevem como um ofício, sujeitos às regras da Língua. Os escreventes seriam “[...] homens e mulheres transitivos”, para os quais “[...] a palavra suporta um fazer, mas não os constitui”.

Bertot e Guimarães (2008) identificam sete periódicos que circularam pela UFRGS nos anos 1970 [2]. Aqui, a proposta é reunir quatro periódicos do início dos anos 1980, construir uma inteligibilidade acerca dos mesmos com vistas a procurar compreender as pautas de lutas que se fazem presentes os modos como se articularam. Portanto, entende-se que a pesquisa desses impressos permite que se construa uma representação acerca daqueles estudantes de outrora, preocupados com o coletivo, engajados em questões sensíveis vividas na Universidade, que lhes afetavam diretamente.

O corpus documental dos periódicos localizados estão explicitados na Tabela 1, abaixo:

Tabela 1. Periódicos estudantis da UFRGS (1981-1982)

Nome	Exemplares/ano	Unidade da UFRGS	Formato
O Grude	fevereiro 1982 março 1982 (1) março 1982 (2) março 1982 (3)	Diretório Central dos Estudantes	Em folhas A4 dobradas ao meio e grampeadas
Boletim do DCE	abril 1982 setembro 1982	Diretório Central dos Estudantes	Em folhas A4 dobradas ao meio e grampeadas
Olhai os (de)lirios do Campus	Único exemplar/julho 1981	Letras e Ciências Sociais	Em folhas A4 grampeadas, na vertical
Jornal do CEUE	Único exemplar sem data	Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia	Em folhas A4 grampeadas, na vertical
Olhai os (de)lirios do Campus	Único exemplar/julho 1981	Letras e Ciências Sociais	Em folhas A4 grampeadas, na vertical
Jornal do CEUE	Único exemplar sem data	Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia	Em folhas A4 grampeadas, na vertical

[2] Mobral (1974 - produzido pelos bixos, patrocinado pelo DCE); Caderno de Ciências Sociais (1975 – Diretório Acadêmico dos Institutos Unificados/DAIU); Olha só a pinta do pinto (1975 – DAUI); Psiu (1976 – Curso de Psicologia); Supositório (1976 – jornal dos alunos do I Ciclo); Universitário (1976 – DCE); Arreio do ovo (1977 – DCE).

Como primeiras especificidades, importa identificar os lugares da Universidade de onde emergiram esses periódicos. “O Grude” e o “Boletim do DCE” carregam a marca do Diretório Central dos Estudantes [3], não se vinculam a nenhuma unidade específica da UFRGS e buscam atingir os estudantes de um modo amplificado. “Olhai os (de)lírios do Campus”, cujo título indica alusão à obra “Olhai os lírios do campo” [4], do escritor rio-grandense Érico Veríssimo, foi iniciativa dos Cursos de Letras e de Ciências Sociais. Por fim, tem-se o primeiro exemplar do “Jornal do CEUE”, que reunia os Cursos da Escola de Engenharia.

Todos eles fazem parte dos arquivos pessoais de Tarson Núñez [5], que, gentilmente, doou cópias de exemplares dos periódicos para o Arquivo Institucional da Faculdade de Educação/UFRGS [6]. E aqui cabe uma reflexão sobre a importância desses arquivos pessoais. Bosi (2003), ancorada em Benjamin, fala dos “objetos biográficos”, aqueles que “envelhecem com o possuidor e se incorporam à sua vida: o relógio da família, o álbum de fotografias, a medalha do esportista, a máscara do etnólogo, o mapa-múndi do viajante... Cada um desses objetos representa uma experiência vivida, uma aventura afetiva do morador” (2003, p. 26). Difícilmente, impressos como esses são guardados pelas instituições, pelos diretórios acadêmicos. Podemos admitir que essa falta de cuidado com o passado se deva à situação de transitoriedade da condição de estudante universitário, mas também é preciso levar em conta que o esquecimento, muitas vezes, permeia nossa relação com o tempo pretérito. E esse esquecimento faz com que as instituições descartem seus papéis que não tem valor de uso. Entretanto, outros entendimentos os consideram “patrimônios da cultura material da universidade, relíquias conectadas a uma sensibilidade nostálgica” (CUNHA, 2015, p.15), pouco conhecidos pelos estudantes de hoje, mas que foram guardados pelos estudantes de outrora, que tiveram suas experiências acadêmicas no contexto de produção dos periódicos, aqui tomados como objeto de estudo. Pode-se dizer o quanto há um silêncio acerca dessa temática, provocada, talvez, pelo esquecimento desses registros ordinários, que não foram produzidos com vistas à perenidade, mas que testemunham um tempo importante na vida de seus escreventes e leitores, um tempo importante na história do país que conduziria, ainda que lentamente, ao fim da ditadura civil militar.

[3] O Regime Militar (1964-1985) instituiu a Lei Suplicy (Lei nº 4.464/64), que regulava as entidades de representação estudantil, criando o Diretório Central de Estudantes (DCE), como órgão legal autorizado, e os Diretórios Acadêmicos (DAs), para a representação nos cursos.

[4] “Olhai os Lírios do Campo”, romance de Érico Veríssimo, escritor gaúcho, publicado em 1938.

[5] Tarson Núñez foi aluno do Colégio de Aplicação da UFRGS; graduado em Economia pela UFRGS; Doutor em Ciência Política pela UFRGS. Atualmente, atua como analista pesquisador em Ciência Política na Fundação de Economia e Estatística (FEE), do estado do Rio Grande do Sul.

[6] O Arquivo Histórico da Faculdade de Educação/UFRGS é um setor de caráter técnico e científico vinculado à Direção da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, responsável por sediar projetos de ensino, pesquisa e extensão no âmbito de sua atuação. O Arquivo rege-se-á por este Regimento Interno, em conformidade com o Regimento da Faculdade de Educação. Localiza-se na sala 610 do prédio da Faculdade de Educação.

Neste sentido, Cunha (2019) e Almeida e Grimaldi (2020) postulam o significado dos arquivos pessoais para a produção do conhecimento historiográfico, pois, nos gestos de guardar, estão implicadas diferentes sensibilidades e afeições. Nestes atos de conservar o que poderia ter sido jogado fora, nostalgicamente transformamos as aparentes banalidades em papel em verdadeiras relíquias porque estão diretamente conectadas a nós mesmos, a quem fomos ontem e a quem somos hoje. Para além do guardar para si, é preciso considerar a importância do gesto de doar para instituições ou para pesquisadores para que, por meio da pesquisa, transformem-se em documentos e, assim, seja possível avançar na produção do conhecimento historiográfico. Esses impressos são testemunhos de um tempo, representam posições de um grupo de pessoas jovens, engajadas na defesa da Universidade pública. São resquícios que sobreviveram à passagem do tempo, considerando que há muitas diferenças entre o que se vive, o que se registra e o que se guarda.

Assim, inscrita no campo temático de investigações da História da Educação, nas interfaces com a história da cultura escrita e com a imprensa de educação e de ensino, a pesquisa trabalha com escritas ordinárias, elaboradas por estudantes universitários. Por meio da análise dessas materialidades, é possível perceber indícios de questões que afetavam diretamente todos os envolvidos com a confecção dos periódicos, bem como seus leitores.

E o que se pode dizer acerca desses produtores dos periódicos? Sabemos que compartilham de identidades comuns: são estudantes de uma universidade pública de Porto Alegre, pertencentes a uma mesma geração. E nessa produção, marcadamente artesanal, longe de pensar que é trabalho apenas de quem escreve, observa-se uma diversidade de atores sociais implicados, há aqueles que efetivamente são os responsáveis pelos textos, há os ilustradores, os que fazem o trabalho de edição, de organização das seções, os que fazem as cópias e, por fim, os leitores responsáveis por fazer circular as ideias que ali estão explicitadas. Neste sentido, Nóvoa nos diz que existe uma determinada “regulação coletiva” (1997, p.13) nos periódicos, considerando que as publicações precisam passar pelo crivo de aprovação dos pares. Ou seja, estamos diante de uma rede de autores em disputa e essas relações podem promover transformações físicas e discursivas naquilo que é publicado.

Pensando nos suportes de leitura desses impressos, Chartier (2004) entende que o texto se torna objeto pela sua materialização, ou seja, quando é transposto a um determinado suporte. Suporte e texto são idealizados e criados para serem manuseados, transportados, colecionados, vistos, lidos, sujeitos a várias utilizações. Assim, “O Grude” e o “Boletim do DCE” apresentam uma composição gráfica bastante semelhante, no suporte brochura, ambos são formados por duas folhas A4 dobradas e grampeado no meio, com oito páginas, no total. O “Jornal do CEUE” e o “Olhai os (de)lírrios do campus”, em termos de formatação e suporte, diferem dos anteriores, foram editados em folha A4, frente e verso, algumas páginas são divididas em duas ou três colunas, em outras, o texto ocupa a página inteira. Em sua íntegra, o “Jornal do CEU” contém 28 páginas e o “Olhai os (de) lírios do campus” apresenta 16 páginas, os dois são grampeados na parte esquerda de cima. Diferem dos anteriores pela quantidade de textos e densidade dos mesmos. Entretanto, as pautas de discussão, se aproximam, considerando a proximidade de temporalidade.

Observa-se, nos quatro periódicos, o trabalho em equipe de jovens com conhecimento das questões políticas do país e do mundo, com trajetória de escolarização, amalgamados na defesa da Universidade livre, pública e democrática. Fazem uso intensivo de ilustrações à mão, todas elas em tom de crítica, no estilo de charges. Procuram fazer uma distribuição equitativa entre textos e ilustrações, possivelmente como exercício de mimetização dos periódicos de grande circulação. Em termos de composição gráfica, em todos, mesclam-se textos datilografados e manuscritos com desenhos à mão e colagens de figuras, formando composições interessantes e bem articuladas.

Em que pesem suas singularidades, todos condenam, de modo contundente, as políticas neoliberais que deslegitimavam os propósitos maiores da universidade pública no Brasil. Como o titular do arquivo pessoal guardou os primeiros exemplares dos impressos, observa-se que os primeiros anos da década de 1980 evidenciam a efervescência daquela juventude que encontrou, na palavra escrita impressa, um meio de estreitar laços entre os estudantes da Universidade. Tais práticas estavam em consonância ao processo de abertura política no Brasil.

Enfim, o que importa neste estudo é investigar o que este corpus documental, preservado pelo estudante egresso da UFRGS, é capaz de nos dizer. Sabemos que o desafio está nas interpelações a serem feitas. Por mais que seduzam e comovam, esses jornais precisam ser estranhados. Desse modo, nos indagamos acerca do que os movia para a produção desses impressos. Que discursos circulavam na época entre os jovens possíveis de analisar nos periódicos? Também é preciso considerar que, nessa escrita ordinária, estão presentes as marcas de escolarização, as quais permitem pensar na importância da escola básica e da formação acadêmica como espaço de aprendizagem e exercício da escrita.

Estamos diante de um paradoxo, por um lado tem-se a impressão que esses impressos foram efêmeros e só chegaram até nós porque uma pessoa, provavelmente movida por afetos, os guardou. Por outro, carregam uma força no seu potencial de indicar vestígios daqueles rapazes e moças, que eram estudantes de uma Universidade pública e valeram-se da circulação da palavra escrita para explicitar suas ideias e convicções. Portanto, entre esses possíveis paradoxos, efemeridade e potência, nos propomos a investigar qual a tônica dos discursos presentes em todos eles e suas intencionalidades, em meio às singularidades de cada um.

“O Grude” e o “Boletim do DCE” (1982)

Entendemos que é possível reunir esses dois periódicos para a análise, pelo fato de serem publicações vinculadas ao Diretório Central dos Estudantes (DCE). Tem-se quatro exemplares de “O Grude”, publicados em ritmo acelerado, entre fevereiro, mês de férias na universidade, e março de 1982 (números 1,2,3,4) e dois “Boletins do DCE”, de abril e setembro do mesmo ano. Tal aceleração na produção assume o tom de denúncia, diante de um acontecimento que deflagraria a produção de “O Grude”: as restrições de acesso ao Restaurante Universitário, pela cobrança excessiva, no início do ano de 1982. Portanto, percebe-se que a execução desses dois impressos esteve diretamente relacionada a uma Portaria emitida pelo governo federal, no penúltimo dia de dezembro de 1981, que aumentou expressivamente o valor cobrado aos estudantes pelo uso do Restaurante Universitário. Até então, pagava-se 25 cruzeiros para cada refeição e, a partir da nova lei, seria cobrado quase seis vezes esse valor (130 cruzeiros). Ao que tudo indica, tal decisão provocou os estudantes que, entre outras ações, criaram os periódicos como instrumentos para tornar público seus pontos de vista e promover adesões entre os discentes da UFRGS, em luta por uma causa comum. Essas publicações, portanto, podem ser entendidas como uma reação imediata dos estudantes, em sincronia com os acontecimentos que afetavam a vida estudantil. Escreveram e publicaram esses impressos sem tardar, no calor da hora, de acordo com o que diz Nóvoa, reiterando o significado da imprensa para historiografia, por permitir que se tenha acesso a “reflexões muito próximas ao acontecimento” (1997, p.13).

Assim, a partir de uma gíria comum naqueles anos, “o grude” era a referência ao alimento no cotidiano. A acusação, pela escrita, da precariedade do Restaurante Universitário faz pensar nas necessidades vitais dos estudantes, comumente esquecidas pelas instituições, em detrimento das atividades de ensino. Observa-se que as quatro edições expressam resistência à legislação que restringia o uso do RU, mas preocupam-se em colocar o problema em dimensões maiores de análise, articulando com as grandes questões políticas e econômicas do país que atingiam as Universidades Federais. Assim, a capa do número 1 apresenta, na íntegra, o texto da portaria do Ministério de Educação e Cultura que aumentou o preço dos RUs nas universidades do país. Os quatro exemplares seguem a mesma estrutura: no canto esquerdo das capas, uma espécie de logotipo, com o desenho de um cozinheiro, mexendo com uma colher uma grande panela, com ar de insatisfação, em seu chapéu de cozinheiro está escrito “RU”. Na página seguinte, o “editorial”, como um desdobramento das imagens apresentadas na capa.

O final do editorial desta edição expõe aos leitores o objetivo do periódico que tem a intenção de comunicar à comunidade acadêmica as informações relativas ao RU e “questionar esse papo de que os universitários são um pequeno grupo de privilegiados. Que privilégios são esses, o de comer uma comida horrível no RU, o de receber um ensino péssimo e de não arranjar emprego quando saímos daqui?”. É definido como um “canal de informação à disposição da luta contra essa portaria do MEC, um jornal a serviço de estômagos revoltados”. Defendem a tese da medida de aumento de custos do RU como estratégia de encaminhamento à privatização do ensino, atingindo diretamente a assistência estudantil.

Ainda nessa discussão, esclarecem o que seria um “estudante carente” para o Ministério da Educação, tendo em vista as alterações trazidas pela nova legislação. Toda a explicação leva a crer que o estudante deveria estar em uma situação de miserabilidade, para ser considerado na situação de carência. O desenho apresentado na edição nº 2 ilustra as imprecisões de definição, pois mostra dois jovens, ambos com roupas remendadas, com caneca na mão e expressão de tristeza, e, ao lado de um, uma placa indicando “sou carente” e ao lado do outro “sou não-carente, mas tenho o que comer”. Encerram essa reflexão com uma descrição detalhada dos custos de uso do RU durante um mês inteiro, comparando os valores antes e o depois da referida portaria.

No desenrolar desse tema, criticam a determinação da UFRGS em instituir o uso de uma “carteirinha” de identificação, como documento de uso institucional, nos diversos espaços da Universidade, como restaurante universitário e bibliotecas. Afirmam que tal documento, de abrangência local, discriminaria os estudantes e deslegitimaria as ações da União Nacional dos Estudantes (UNE), com sua identificação de âmbito nacional. Em meio a toda essa conversa, trazem como argumento a desaprovação dos gastos do governo federal com o programa nuclear em Angra dos Reis [7], em detrimento dos gastos públicos com a alimentação nos RUs. Tal medida, segundo os escreventes, não apostava na permanência dos estudantes na Universidade, se afinando ao modelo neoliberal que tomaria força no país nos anos seguintes. Em uma das ilustrações, essa situação é explícita, pois destacam um estudante lendo no canto esquerdo e outro desenho com dois homens gordos com chapéus no canto direito, um segura um papel (deve ser a portaria) e diz “Eureca, finalmente o sistema ideal: lucro com a universidade”.

Provavelmente como reação da circulação de “O Grude” entre a comunidade universitária, no dia 18 de fevereiro, os estudantes organizaram uma “invasão ao RU” para garantir, naquele dia, a cobrança dos 25 cruzeiros, e o valor arrecadado foi entregue à Reitoria. A página 3 da edição n.2 relata este acontecimento com o título “Dia 18/02 foi o dia dos 25,00”. Descrevem, em detalhes, a organização deste ato por meio da frase “invasão” do RU aos gritos de “Queremos comer, 25, 25, 25” (edição n.2). Encerram dizendo que “essa vitória dos estudantes da UFRGS alcança dimensão em nível nacional para que consigamos barrar esta portaria e a tentativa do MEC em implantar de vez o ensino pago”. Mas os problemas continuaram, pela leitura do próximo número, vê-se que o DCE enviou um telegrama aos Diretórios das outras universidades federais, informando sobre a invasão que fizeram ao RU, mas a correspondência não foi entregue pelo Correio, foi censurada. Estamos a falar do ano de 1982, que, embora tenham sido anos de abertura política, o Brasil ainda estava sobre o poder político dos militares e interdições deste tipo eram recorrentes.

De modo geral, denunciam a precariedade da Universidade que não se limita ao Restaurante, atinge outras esferas institucionais, que vão desde as deficiências da Casa do Estudante Universitário, das bolsas de estudantes, da falta de concursos públicos. Concluem que os estudantes não são prioridade na assistência da UFRGS, em meio a outros investimentos citados, como estacionamento, compra de aparelhos de ar condicionado, os quais valorizavam a estrutura burocrática a Universidade.

[7] Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – Angra 1- construção iniciada em 1972 e em operação em 1984.

A disposição dos estudantes em seguir na luta em defesa do RU naquele início de ano letivo de 1982 parecia prometer fôlego e evidencia que o movimento se alastrava pelo país, pois a edição de número 3 traz a manchete “Explode no Brasil a luta do RU”, indicando a adesão de várias outras universidades à greve e “invasões” aos RUs. Destacam o apoio de professores e funcionários da UFRGS e entendem que a greve de estudantes seria a melhor estratégia de pressão diante da iminência da instituição do ensino pago nas universidades federais. Nesta edição, há um tema que se afasta das questões do RU, mas dialoga com o contexto político do país, intitulado “Plano Atcon”, assumido pela USAID [8], em 1963, constituindo-se “a base da política norte-americana para América Latina”, a qual recomendava que as universidades latino-americanas deveriam encaminhar-se para a privatização.

E, o último exemplar de “O Grude” traz centralizado o desenho de um monstro que engole o que vem pela frente, dizendo no meio “ensino pago”. No editorial, fazem um balanço das atividades da greve de estudantes que entrava em sua segunda semana. Preocupam-se com a baixa adesão dos cursos de Economia, Medicina, Veterinária, e alegram-se com as vitórias na Engenharia que se manifestou favoravelmente à greve. Mantém o propósito de continuarem firmes na luta.

Esses quatro exemplares apresentam outras particularidades: uma crônica, “Certo dia na fila”, que relata a história de um estudante na fila do RU que sonha com a comida feita por sua mãe, mas se depara com a realidade do alto custo para poder se alimentar. Outro aspecto que chama a atenção é a preocupação dos estudantes em evidenciar a historicidade das disputas em torno do uso do Restaurante Universitário. Em dois exemplares (números 2 e 3), apresentam uma seção, a qual chamam de “Lutas passadas”, por meio da qual constroem uma narrativa da história dos movimentos do DCE em relação ao RU. Lembram que, em março de 1976, o DCE já havia mobilizado os estudantes contra o aumento no preço das refeições. Explicam as estratégias de resistência dos estudantes naquele ano, como deixar bandejas na mesa, concentrações em frente à Reitoria, promoção de abaixo-assinado com quase cinco mil assinaturas, todas elas levaram a Reitoria a ceder e aumentar só um pouco o preço da refeição. Neste sentido, a edição de número 3 traz uma entrevista com o jornalista Flavio Tavares [9], egresso da UFRGS, presidente da UNE em 1954. Flavio explica que havia uma autogestão dos estudantes nos RUs, com recursos vindos da Reitoria da UFRGS. Havia dois restaurantes, um na Avenida João Pessoa e outro na Azenha, continuação da Avenida João Pessoa, onde, em 1980, era a Escola de Polícia. Flavio diz que, por ser autogestionado, os estudantes determinavam o preço de uso do restaurante, em suas palavras, “nós prestávamos alguma conta à Reitoria, mas havia grande mobilização no meio estudantil que possibilitava que pudessemos decidir muita coisa”.

[8] Rudolph Acton, era professor, “técnico em educação e representante dos interesses dos Estados Unidos nos assuntos educacionais da América Latina”. A ele foi encomendado, pelo Ministério da Educação, um relatório que indicasse quais alterações deveriam ser feitas para mudar a universidade brasileira e coloca-la no rumo da modernização, que pretendia o Governo. O relatório “Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira”, cumpriu sua meta e, respeitando a orientação da política norte-americana para educação na América Latina, sugere as mudanças necessárias para o melhor aproveitamento econômico da universidade (PELEGRINI, 1998, p.114).

[9] Flávio Tavares (1934), jornalista e escritor, participou da luta armada e foi militante do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Preso em três ocasiões, precisou se exilar duas vezes. Escreveu a obra “1964 – O Golpe” (2014), em que relembra os 50 anos do início da ditadura. <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/flavio-tavares/> Acessado em 5 de fevereiro de 2021.

Além de crônica e exposição da história de lutas, em “O Grude” também havia espaço para outras críticas, pelo viés da ironia. Na última página do número 1, apresentam recortes de imagens de autoridades locais, prefeito da cidade, reitor e pró-reitor em visita à cozinha do RU. A partir do número 2, aparece a seção “horóscopo”, de acordo com as questões vividas pelos estudantes, como exemplo o signo de Aquário “se você come no RU, tente outra solução, pare ou arrume um mecenas”. E, por fim, os “Flagrantes do Rei Thor”, com fotos do Reitor seguida dos dizeres “me recuso a abrir esse restaurante, não abro, não abro, não abro”. No número 3, as últimas páginas apresentam história em quadrinhos em tom de ironia. Um jovem canta “Vai ter que dar, vai ter que dar, hoje é a greve geral”, alusão à canção de Caetano Veloso, intitulada “Massa Real”. E também “Você pensa que o ensino é pago, o ensino não é pago não, o ensino tem que ser gratuito pra toda a população”, inspirada em uma marchinha de carnaval. A história em quadrinhos mostra dois estudantes que saem para “curtir um som no domingo”, o som são os roncões das barrigas de fome. Por fim, constam fotos de lideranças nacionais e mundiais, com balões defendendo o “RU a 25,00”, como Jânio Quadros, Lech Walesa, João Batista Figueiredo, Lula, Aiatolá Khomeini, Freud. Fazem uma ironia com a palavra “carente” “muitos estudantes da UFRGS andam pelos cantos em comoventes suspiros se declarando carentes... Grude promete estudar a possibilidade de criar uma seção de correio sentimental para que esses queridos colegas possam resolver seu problema afetivo”.

Pelos guardados de Tarson Nunes, podemos supor que os “Boletins do DCE” foram uma espécie de continuação de “O Grude”, pois as publicações são do mesmo ano, dos meses de abril e setembro. A maior diferença em relação ao periódico anterior é que o “Boletim” aborda outras pautas ligadas ao movimento estudantil, derivadas ou para além das questões que envolviam diretamente o Restaurante Universitário. Assim, em abril, o foco das abordagens consiste na discussão da greve de quatorze dias que se instalou na UFRGS entre os estudantes, em função da portaria 003/82. Afirmam que “o clima de greve que se instaurou na UFRGS rompeu com o silêncio de anos de defesa. O movimento estudantil passou anos defendendo-se em uma universidade que não passava de uma miragem, com uma atuação totalmente fragmentada”. Fazem uma avaliação da paralisação ocorrida, com o título “Greve, o que ficou?”. Consideram a importância da união entre os estudantes, explicando o quanto tal ação se mostrava inédita naquele contexto temporal, “nunca, desde a Reforma Universitária [10], os estudantes da UFRGS, tinham realizado uma discussão tão ampla sobre a política do governo, no que se refere à implantação do ensino pago. Uma parcela expressiva participou dos piquetes, das manifestações [...]”.

[10] Reforma universitária de 1968 (Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968).

Ao final da edição de abril, um desenho de um “estudante” que convida para palestra de Moacir Gadotti, no auditório da Faculdade de Economia, sendo o tema do Encontro “Universidade: para que, como, para quem, contra quem estamos trabalhando?”. Na sequência, apresentam a proposição de um “Seminário de Ensino” na Universidade, como uma alternativa para a continuidade do movimento estudantil, diante das ameaças do governo federal na intenção de privatizar a universidade pública. Ainda, divulgam o Seminário Estadual de Ensino, promovido pela União Estadual dos Estudantes, com presença de Paulo Freire no Salão de Atos UFRGS. O “Boletim” encerra com um “um recado para quem ficou de fora”, trata-se de um escrito autoral, de um estudante do Curso de Arquitetura, que destaca as inúmeras ações da greve, manifestando-se contra aqueles que ficaram de fora. E, na última página, volta o tema dos Restaurantes Universitários, apresentam uma proposta de preço das refeições, a partir do que consideram as despesas previstas para a manutenção desses Restaurantes.

Tarson Nunes também guardou o “Boletim do DCE” de setembro de 1982. Neste, consta um texto que expõe o problema da falta de mobilização dos estudantes no 34º Congresso da UNE, realizado em Piracicaba/São Paulo, nessas palavras, “o ânimo não anda muito elevado no Movimento Estudantil”. Voltam a criticar o MEC pelo aumento abusivo do preço do RU, a divisão dos estudantes entre “carentes e não carentes”, como ações que, no entender dos estudantes, preparavam o caminho para implantação do ensino pago. No final da página 2, exibem o desenho de uma estrela em negrito escrito em volta várias vezes “brilhar”. Seria alusão à estrela como símbolo do recém-criado Partido dos Trabalhadores, fundado em 10 de fevereiro de 1980? O “Boletim” tem espaço para discutir o que chama “Conjuntura Nacional” e “Conjuntura Internacional”. Na primeira, lembrando que em 1982 houve eleições para Governadores dos Estados no Brasil, escrevem que “mantendo seu caráter apartidário a UNE e UEE devem recomendar o voto no PT (essas palavras sublinhadas) como o instrumento mais eficaz para fortalecer a luta dos trabalhadores contra o regime”. E, com relação aos acontecimentos internacionais, falam contra a repressão na Polônia, repúdio ao ataque sionista na Palestina, apoio à Revolução da Nicarágua e em El Salvador.

“O Grude” e o “Boletim do DCE” evidenciam o potencial de análise dos impressos de estudantes universitários, mesmo em uma pequena amostragem, para a escrita dos movimentos de estudantes e suas instâncias de ação para se contraporem às políticas públicas em direção à privatização do ensino superior, em diferentes governos e temporalidades.

“Jornal do CEUE” (1982)

O “Jornal do CEUE” foi uma promoção do Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia. Aqui se examina o primeiro número, de fevereiro de 1982. Consideramos importante a análise desse exemplar para podermos estabelecer relações com os anteriores, tendo em vista a data da edição e por serem impressos produzidos por estudantes da mesma instituição educativa. Na capa, consta a já referida Portaria do MEC relativa aos RUs, a qual promoveu diferentes formas de reação na Universidade, com o título “Para quem não sabia”. Na página seguinte, um editorial, em que explicam aos leitores o propósito do periódico, afirmam que é o primeiro número do jornal é “[...] um canal livre e aberto para a participação individual dos estudantes de Engenharia e também os professores e funcionários, mais o CEUE e seus órgãos”. Em uma proposta de caráter liberal, dizem que o periódico busca permitir diferentes formas de expressão, sem relações com partidos políticos, um impresso autônomo, que valoriza as individualidades dos estudantes. Dessa forma, diferente dos outros dois periódicos anteriormente analisados como representativos de toda a Universidade, essa marca a iniciativa de estudantes dos cursos de Engenharia, mas com muitas similaridades quantas às temáticas, mas sinalizando uma postura política mais “autônoma”.

Nas páginas 3 e 4, consta um texto de página inteira “RU: pelo direito à alimentação”, bastante alinhado aos discursos dos periódicos anteriormente apresentados. O desenho que aparece, inclusive, é o mesmo utilizado em “O Grude”, tendo no canto esquerdo superior a representação de um estudante que usa a bandeja como escudo e o garfo como lança. Afirmam que a medida do aumento do preço da Reitoria “foi considerada inocente por um número significativo de estudantes”. Defendem a resistência com essas palavras “temos que a todo custo impedir sob pena de sofrermos uma derrota talvez irreversível na luta por mais verbas para a educação ou na luta pelo ensino público e gratuito a todos os níveis”. Segue nessa discussão a crítica aos critérios que o MEC usava para definir quem seriam os “estudantes carentes”, as críticas a posições que defendiam a privatização do ensino. Observa-se, portanto, que essa foi uma pauta que atingiu diferentes unidades da UFRGS e mobilizou o corpo discente, em grandes proporções. O tom político do periódico se manifesta também com o texto de duas páginas e meia, “O Projeto das Fundações”, assinado por dois estudantes, um rapaz e uma moça, que se posicionam contra a transformação das universidades públicas em fundações, considerando o fim do ensino superior gratuito e de sua autonomia.

Mas o periódico também se propõe a discutir a formação universitária e fomentara participação dos alunos dos cursos de Engenharia nas diferentes instâncias da vida acadêmica. Chama a atenção, na página 5, a preocupação com as questões pedagógicas. O artigo “Ratos e Crianças” discute as influências dos professores sobre os alunos, em que expõem resultados de uma pesquisa desenvolvida por uma professora que percebeu que ratinhos de laboratório super estimulados haviam atingido resultados surpreendentes na orientação em um labirinto, e os outros não. Com essa observação, resolveu fazer o mesmo experimento em uma escola no sul dos EUA, tendo o mesmo resultado: os alunos que foram super estimulados pelos professores tiveram excelentes resultados. Preocupam-se em colocar a referência de onde o texto foi tirado, uma publicação da Suíça [11], e denotam, com essa exposição, a importância dos professores nos itinerários acadêmicos dos estudantes.

[11] Uma publicação do Mouvement Populaires des Familles, o livro “L'école en question” (Lausanne et Genève, 1978).

Na sequência, outra reflexão, intitulada “Reprovações”, aborda os problemas da exclusão escolar e as dificuldades posteriores de inserção no mercado de trabalho, e concluem que “em nossa sociedade hierarquizada e desigual, a produção do ‘refugio’ escolar é tão importante quanto a produção de diplomados”. Como ilustração, o desenho de um homem de um recém-formado, usando um terno e, ao lado escrito, “à venda”. O texto continua enfatizando o quanto a sociedade legitima a escola como uma instituição que promove acesso ao “saber”. Ao final da página, uma nota “E a realidade? ”, trata-se de uma pequena história que se passa na Guerra Civil Espanhola, em que dois estudantes conversam sobre dois outros alunos bascos que foram mortos pelo ditador. Mas quando o professor entra na sala, diz: “Agora, silêncio, calem a boca que vai começar a aula de História”. Na perspectiva de denúncia à escola tradicional, acrescentam o texto “A escola e a sociedade de consumo”, também retirado de um livro em francês [12], de 1976, que critica o que a “escola deveria ensinar e não ensina, ensina a consumir”.

Dando continuidade às críticas à escola e o ensino, o texto intitulado “Uma luz no fim do túnel I”, com mais de duas páginas e escrito por “autor anônimo”, descreve as dificuldades da vida dos estudantes, logo que passa a fase inicial de chegada à Universidade. Condena a “falta de orientação, professores inescrupulosos [...] num instante tudo se configura como um túnel escuro e sinuoso, cheio de imprevistos, decepções...”. Questiona o tipo de formação oferecida pelas instituições para os futuros engenheiros, atrelada à “maquinaria do sistema capitalista”, que produz sujeitos “semiautônomos recheados de conhecimentos desconexos e dogmáticos, insensíveis à realidade sócio-econômica-política que o cerca e afeto pelo auto realização baseada na ascensão pessoal”.

Com o objetivo de informar os leitores sobre a necessidade de reestruturação dos currículos do curso de Engenharia, o texto sobre a história da “Engenharia Química no Brasil”, assinado por duas estudantes do Curso, explica que as origens da profissão no país, a partir da década de 1940, esteve atrelada à modernização da indústria, defendendo a necessidade do curso proporcionar “ao futuro profissional uma sólida base na área da Engenharia”.

Com vistas a estimular a formação política dos estudantes, publicam o texto “Representantes de turma ou uma forma organizativa para o CEUE”, em que analisam a importância de aproximar o Centro das questões que envolviam o cotidiano dos estudantes. A preocupação específica com os calouros aparece na página 13, “Aos bixos 82”, é um relato de duas páginas que explica aos universitários o que é o CEUE, ao mesmo tempo em que são apresentados os problemas da universidade. No final, estimulam os novatos a se integrarem na instituição, visitarem a biblioteca, jogarem ping-pong, irem ao bar, escreverem matérias para o jornal, trabalharem no DCE, saírem em passeata “não esteja alheio à sua entidade estudantil”. Pensando também nos demais estudantes que ingressavam na UFRGS, explicam o funcionamento da estrutura dos Cursos de Engenharia, no texto “A Estrutura Oficial da Escola”. Discriminam o que seriam a “Congregação, Conselho Departamental, Departamentos, Plenário, Colegiado do Departamento”, instâncias que aqueles que ingressam no meio acadêmico comumente desconhecem. Reforçam a importância das eleições para representantes discentes e estimulam a participação nessas instâncias da UFRGS.

[12] Texto retirado do livro
Lettre à une maîtrise d'école.
Paris. Mercure de France, 1968

Nessa perspectiva, parodiando uma frase de Karl Marx, publicam o texto com o título “A história se repete, mas só como farsa”, que aponta o “papel meramente decorativo” dos estudantes nos cursos da graduação, sua ausência de voz, criticam a falta de diálogo nas instâncias deliberativas de seus cursos, a partir de uma situação, cifrada, de eleição de um chefe de departamento do Curso de Ciências Sociais, em que os estudantes foram impedidos de participar.

Como outros temas de destaque, incentivam a promoção de atividades culturais na Escola de Engenharia, como a ideia de um “festival” em 1982, envolvendo música, literatura, escultura, fotografia, artesanato. Falam sobre as dificuldades em fazer música em Porto Alegre, mas das tentativas de sucesso dos discos independentes, como o de Nelson Coelho de Castro, no disco “Juntos”. Assuntos internacionais também têm espaço no periódico. Com o título “Polônia: sem futuro o golpe”, afirmam que o Partido dos Trabalhadores foi o único que fez um repúdio ao golpe, destacam em caixa alta, “Solidariedade incondicional à luta e resistência dos trabalhadores poloneses”, “Contra qualquer ameaça de invasão soviética contra qualquer intervenção das forças do Pacto de Varsóvia!”. Também há espaço no impresso para “Frases e Poemas recentes”, ocupando uma das duas colunas da página 12, são frases de Millôr Fernandes e Simone Weill.

Chegando ao fim da primeira edição, apresentam “a situação financeira do CEUE: um breve histórico”, como uma prestação de contas da gestão. Na última página, com o curioso título “Literatura Sanitária ou eis nosso inconsciente coletivo”, expõem uma coleta de frases retiradas dos banheiros da UFRGS, criticam o que consideram atitudes de repressão, condenam a “pintura anual dos banheiros, que elimina o acervo construído; banheiros do novo campus azulejados até o teto; fechamento dos banheiros nas férias; machismo declarado pela Reitoria que mantém rigorosa censura nos banheiros femininos [...]”. No meio da página, o desenho de um vaso sanitário, com escritos dos dois lados, datilografados e manuscritos: “somente haverá democracia no Brasil quando enforcarem o último general nas tripas do penúltimo”, dentro de um coração “Viva o amor entre as mulheres”, “O destino do país está em suas mãos”.

O único exemplar do Jornal do CEUE conservado e analisado, muito maior que os demais e muito mais diversificado em temáticas, além daquelas vinculadas à política da universidade, abordam questões profissionais e curriculares dos diferentes cursos da Engenharia; questões educacionais, de ensino, e da cultura escolar; a situação da política internacional. Além dessa diversidade, constata-se que resulta da colaboração de vários estudantes na escrita do mesmo e apoio em outros escritos nacionais e internacionais.

“Olhai os (de)lírrios do campus” (1981)

Este é um periódico produzido pelo Curso de Letras, com participação dos estudantes do Curso de Ciências Sociais, produzido meses antes dos anteriores examinados, em 1981. Mostra o que pensavam esses estudantes acerca de questões referentes às suas experiências no novo espaço da UFRGS. Na capa, o desenho de uma criatura, o “universitauro”, um “monstro que viveria na região de Porto Alegre, recentemente ocupada pelo Campus do Vale da UFRGS [13]. Segundo a explicação que segue à capa, a criação de um campus nesta área de preservação ambiental, teria restringido o espaço do “Universitauro”, que precisou também viver junto ao Campus do Vale. Ao final, mais um desenho da criatura, envolta em títulos de livros: “Obras completas, Aristóteles, Sandra Pesavento, Freud completo, ABC da Filosofia, Grécia para criança”.

Como os demais periódicos analisados e posteriores a esse, percebe-se que os problemas do RU já se faziam presentes, pois, na segunda página do impresso, apresentam, na horizontal, o desenho de uma chaminé com muita fumaça seguida do desenho de uma caveira. A partir da ilustração, desaprovam a qualidade do alimento oferecido pelo restaurante. Neste sentido, também condenam a “carteirinha” de uso local na UFRGS, que disputava com a identificação da UNE, sugerindo seu “boicote”.

Entretanto, a discussão que comparece com maior força refere-se ao impacto causado pela transferência de muitos cursos de graduação para o Campus do Vale, região distante do Campus Central da UFRGS, de difícil acesso, quase no limite de Porto Alegre com o município de Viamão. É assim que, logo após a apresentação do “universtauro”, apresentam o texto “Sobre a apatia reinante nesse campus ou... (em negrito) vocês não dão tesão!” (em letras maiúsculas). Trata-se de uma narrativa que expõe as adversidades anova vida acadêmica, alimentada pela sensação de isolamento, por estarem em um lugar tão longínquo de suas referências espaciais. Neste sentido, relatam o cotidiano dos estudantes, transitando pelos prédios, sendo os banheiros identificados como lugares de maior liberdade, de resistência. A página seguinte simula uma parede com frases retiradas dos banheiros do campus, todas manuscritas, em diferentes grafias, umas sobrepostas às outras. Não há título, e, quase despercebido, em um dos cantos da página aparece “ler portas também é cultura”. Assim, escrevem “chega de racismo, queremos nacional socialismo”; “o mundo vai acabar em 1985 e vocês ficam aí pensando em escrever bobagens nas portas dos banheiros. Dedicuem suas vidas a Deus e terão alguma chance de entrar no reino dos céus”; “será que aqui na Letras só existem essas lésbicas fanáticas? ”; “pelo desmantelamento do aparato intelectual da esquerda! ”, “alguém sabe o nome de um comprimido pra provocar aborto? Por favor escreve aqui”; “viva Beethoven, Mozart, Bach, Caetano Veloso e Che Guevara”. Enfim, pode-se dizer que esses escritos deixam ver pensamentos daqueles jovens que se valiam das paredes de banheiros, lugares sem interdições, para registrar suas convicções, sem medo de repressões. Aqui se vê mais uma vez a importância desses periódicos, na medida em que se preocupam em trazer das paredes dos banheiros para páginas do impresso, o que diziam esses estudantes.

[13] A UFRGS tem quatro campi em Porto Alegre: Campus Central, próximo ao centro da cidade, onde se localizam os prédios históricos; Campus da Saúde; Campus Olímpico e Campus do Vale. Para o Campus do Vale foram, inicialmente, transferidos os Cursos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – História, Física, Química, Letras, Ciências Sociais, instalado junto aos prédios históricos dos cursos de Zootecnia, Veterinária e Agronomia, na divisa com o município de Viamão. DATA (fiquei sem Internet)

Cenas de sala de aula são relatadas em dois momentos. A primeira, intitulada “Autogestão ou um pequeno grupo que tomou o poder ou ainda simples aulas sem o professor, ou seja, lá o que for”, traz uma situação ocorrida na disciplina Sociologia II, em que os alunos questionaram as metodologias do professor, suas “aulas sacais”, propõem uma auto-gestão das aulas, listam temáticas de estudo de seu interesse, como os conflitos do Araguaia, o Maio de 1968 e discussões acerca dos países do leste europeu”. Começaram por uma discussão de texto de Castoriadis, “O que é socialismo?” Terminam destacando o sucesso da atividade, apesar da baixa adesão dos colegas, e os convocam a escreverem relatos deste tipo. No meio da página, acrescentam desenhos de estudantes entediados, de outros animados e de um professor furioso.

A outra narrativa, “Uma triste história, drama em um ato e oito semestres” (ou mais...), está dividida em etapas. No prólogo, os alunos reunidos no Bar do Antônio [14] questionam os critérios de avaliação de um professor, indagando a necessidade de provas, uma vez que outros trabalhos já haviam sido feitos. Dizem eles, “já discutimos entre nós e chegamos à conclusão que o semestre foi mal aproveitado, o método foi ruim, que aula expositiva é uma coisa obsoleta, que nós já fizemos um trabalho e essa prova não tem nenhum sentido”. No final do texto, afirmam a certeza da continuidade dos problemas nos próximos semestres, acrescido da falta de recursos públicos, de livros, de professores, entre outros. Os professores são vistos como “donos das cadeiras, dos conteúdos e da avaliação”, também criticam a burocracia universitária e seus cronogramas semestrais. Reconhecem a desarticulação dos estudantes e, por isso, não conseguem desenvolver intervenções para promover mudanças. Recomendam a participação no periódico, pela proposição de textos e leitura, com vistas a construir uma maior mobilização estudantil.

Assim como o “Jornal do CEUE”, insistem na importância da representação discente nas diferentes instâncias deliberativas da UFRGS, no texto “A reunião sobre representação discente dos nossos sonhos”. Mostram o desenho de várias pessoas debatendo, jovens e velhas, um negro e algumas mulheres, ilustração que indica uma perspectiva mais plural entre os alunos da Universidade. Vale destacar essa ideia, “só vale a pena obrigar um pobre coitado a manter-se acordado em atroz reuniões de conselho departamental, reuniões de departamentos, se houver interesse, vontade de interferir. Do contrário, deixemos que decidam por nós o que devemos estudar, quem ministra as cadeiras, quem contratar...”.

Há espaço nessa edição para expor a necessidade das aulas noturnas no Campus do Vale, indicam que são muitas as dificuldades, considerando a falta de condições estruturais (transporte público, segurança). Essa demanda evidencia uma guinada na imagem que a sociedade tinha da UFRGS, o estudo à noite permite que se trabalhe durante o dia, constituindo outra configuração do estudante que passa a se dividir, entre a atividade profissional e as exigências do estudo.

[14] Tradicional lugar de encontro de estudantes no Campus Central da UFRGS, onde estava a maioria dos cursos oferecidos pela universidade – inclusive o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), conhecido por formar um núcleo crítico ao regime militar.

Considerações Finais

Narrativas escritas por estudantes em impressos que circularam na Universidade em outras temporalidades são como a “levedura”, da poesia de Violeta Parra, que consta como epígrafe deste texto. Por meio da palavra escrita, tiveram a intenção de amalgamar muitos outros colegas, em torno de pautas que lhes eram comuns: a Universidade livre, pública e sensível às suas necessidades.

Examinar esses escritos constitui-se em uma possibilidade de tentar chegar perto do frescor e da impetuosidade (Catani e Bastos, 1997) daquela juventude de outrora e buscar compreender, por meio do que perenizaram, o que pensavam, o que sentiam os estudantes de uma universidade pública. Nesse sentido, as autoras dizem que “é difícil encontrar um outro corpus documental que traduza com tanta riqueza os debates, anseios, desilusões e utopias que tem marcado o projeto educativo nos últimos dois séculos” (1997, p.30).

Sobre o modo como o discurso da imprensa constrói a memória, Mariani (1993) enfatiza a importância de sua análise, considerando que, enquanto prática social, opera em diferentes dimensões temporais, traduzindo, de certo modo, conceitos da atualidade, em suas palavras “ou seja, lê o presente – ao mesmo tempo que organiza um futuro – as possíveis consequências desses fatos do presente – e, assim, legítima, enquanto passado, - memória – a leitura desses mesmos fatos do presente no futuro” (p.33).

Chegando ao fim, o que se pode concluir acerca de “O Grude”, “Boletins do DCE”, “Jornal do CEUE” e “Olhai os (de)lúrios do campus”? Em primeiro lugar, vê-se que, em 1981 e 1982, intensificaram-se as ações do movimento estudantil, que havia sofrido forte repressão nos anos anteriores, tendo em vista a ditadura civil militar instaurada no Brasil. Em um tempo de início de abertura política no Brasil, esses estudantes, em sua ousadia, arriscaram-se a declarar sentimentos que talvez estivessem represados pela geração anterior e, assim, corajosamente, construíram pontes com outros tantos estudantes, leitores preferenciais dos impressos. Assim, entendemos que a produção de periódicos foi uma importante estratégia naquele momento com vistas a fomentar uma maior mobilização e garantir a adesão dos estudantes nas lutas pelas melhorias na Universidade.

Ainda nessa perspectiva, pode-se inferir que a palavra escrita publicizada foi o meio encontrado para produzir eco em suas vozes, e, desse modo, denunciar problemas vitais da vida estudantil, como as dificuldades de acesso à alimentação no RU, os problemas em ter que estudar num campus distante e isolado, as adversidades na relação com os professores, as inseguranças com relação ao futuro. Expressam uma grande necessidade de se fazerem ouvir não apenas entre seus pares, mas também entre as esferas de gestão da Reitoria e do governo federal, responsáveis pelas políticas públicas de ensino superior. Muitas vezes, a escuta foi acolhida apenas pelos pares, como na greve de 1982, contra a portaria que aumentou o preço do RUs.

Um dos desafios da pesquisa historiográfica está em pensar o que aconteceu no passado a partir do nosso pensamento contemporâneo. Há um sentimento estranho, nostálgico, ao perceber que muitas das questões trazidas por aqueles jovens há quase quarenta anos, permanecem atuais nas Universidades Federais do Brasil. Nesse tempo, entre o presente e o passado aqui examinado, o país experimentou avanços na educação superior, mas, em 2021, o cenário do ensino superior público é de vulnerabilidade. Permanecem dificuldades com os RUs, com suas filas imensas, no sol e na chuva, sendo o alimento oferecido por serviços terceirizados. Perdura uma sensação de isolamento no Campus do Vale, comumente sofrendo com a falta de segurança. Nesse tempo de agora, a esperança de construção de uma Universidade livre, pública e sensível continua instando os jovens estudantes e seguir com disposição para as lutas cotidianas, assim como fizeram aqueles que os antecederam.

Referências

- ALMEIDA, Doris Bittencourt e GRIMALDI, Lucas. Entre gestos de guardar e atos de testemunhar: o Arquivo de memórias da Faculdade de Educação/UFRGS. *Educação em Revista*, v.36, 2020.
- BASTOS, Maria Helena Camara. Impressos e Cultura escolar: percursos da pesquisa sobre a imprensa estudantil no Brasil. In: HERNANDEZ DIAZ, José Maria (Org.) *La prensa pedagógica de los escolares y estudiantes. Su contribución al patrimonio histórico educativo*. Salamanca/ES: Ediciones da Universidad de Salamanca, p.21-43.
- BASTOS, M. H. C.; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. Um protocolo para a pesquisa em História da Educação: espaços, sujeitos e circulação. *Revista Educação e Cidadania*, v. 12, p. 24-43, 2015.
- BORTOT, Ivanir José e GUIMARÃENS, Rafael. *Abaixo a Repressão! Movimento Estudantil e as Liberdades Democráticas*. Porto Alegre: Libretos, 2008.
- BOSI, Ecléa. *O Tempo Vivo da Memória: ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio. "Aqui lo hallaran com toda verdade". *Diários personales em la España del Siglo de Oro*. In: VASCONCELLOS, Maria Celi Chaves, CORDEIRO, Verbena Maria Rocha; VICENTINI, Paula Perin (Org.). (Auto) biografia, literatura e história. Curitiba: CRV, 2014.
- CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Camara. (1997). Apresentação. In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS; Maria Helena Camara (Orgs.). *Educação em revista. A imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, pp. 5-10.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. *Acervos Escolares no Tempo Presente*. *Revista História da Educação*, Porto Alegre, v. 18, n.47, p.293-296, set./dez. 2015.
- CUNHA, Maria Teresa S. *DES(ARQUIVAR): Arquivos pessoais e ego-documentos no Tempo Presente*. Florianópolis: Rafael Copetti Editor, 2019.
- DE LUCA, Tania. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINKI, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, p. 111-153
- MARIANI, Bethania Sampaio Correa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDINI, Eni (org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993, Pp 31-42.
- NÓVOA, Antonio S. A Imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS; Maria Helena Camara (Orgs.). *Educação em revista. A imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997. Pp 11-31.
- PELEGRINI, Sandra A *UNE nos anos 60 – utopias e práticas políticas no Brasil*. Londrina: Ed. UEL, 1998. p. 114